

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN

Termo de Referência 10/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2025	200394-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN	RAISSA SALDANHA CALISTRATO	17/11/2025 13:34 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	19/2025	08420.005415/2025-05

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para **fornecimento sob demanda de materiais de consumo diversos, para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte e suas Unidades Descentralizadas**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Copos plástico (ou de material sustentável) descartável, atóxico, inodoro, resistente ao rasgo, à temperatura e à perfuração, capacidade 80 ml , NBR n.º 14.865/2012. Os copos deverão estar em conformidade com certificação compulsória do INMETRO. Unidade de Fornecimento: Pacote com 100 (cem) unidades.	312075	Pacote com 100 unidades.	2200	R\$ 4,86	R\$ 10.692,00
	2	Copos plástico (ou de material sustentável) descartável, atóxico, inodoro, resistente ao rasgo, à temperatura e à perfuração, capacidade 200 ml , NBR n.º 14.865/2012. Os copos deverão estar em conformidade com certificação compulsória do INMETRO. Unidade de Fornecimento: Pacote com 100 (cem) unidades.	269615	Pacote com 100 unidades.	800	R\$ 5,90	R\$ 4.720,00
	3	Bandeira Estadual , oficial do estado do Rio Grande do Norte, nylon paraquedas, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 3 panos (193cm x 135cm). Projeto de acordo com a Lei n.º 2.160/1957.	234341	Unidade	40	R\$ 123,13	R\$ 4.925,20

2	4	Bandeira Estadual , oficial do estado do Rio Grande do Norte, nylon paraquedas, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 2 panos (90cm x 128cm) . Projeto de acordo com a Lei n.º 2.160/1957.	291486	Unidade	30	R\$ 97,95	R\$ 2.938,50
	5	Bandeira Estadual , oficial do estado do Rio Grande do Norte, nylon paraquedas, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 1 pano (45cm x 64cm) . Projeto de acordo com a Lei n.º 2.160/1957.	602881	Unidade	20	R\$ 49,58	R\$ 991,60
	6	Bandeira Nacional , oficial do Brasil, nylon paraquedas, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 3 panos (193cm x 135cm) . Projeto de acordo com a Lei n.º 5700/1971, alterada pela Lei n.º 8421/1992.	326978	Unidade	40	R\$ 124,45	R\$ 4.978,00
	7	Bandeira Nacional , oficial do Brasil, nylon paraquedas, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 2 panos (90cm x 128cm) . Projeto de acordo com a Lei n.º 5700/1971, alterada pela Lei n.º 8421/1992.	291486	Unidade	30	R\$ 109,09	R\$ 3.272,70
	8	Bandeira Nacional , oficial do Brasil, nylon paraquedas, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 1 pano (45cm x 64cm) . Projeto de acordo com a Lei n.º 5700/1971, alterada pela Lei n.º 8421/1992.	602882	Unidade	20	R\$ 42,84	R\$ 856,80
	9	Bandeira personalizada , oficial do Departamento de Polícia Federal, confeccionada em tecido nylon paraquedas azul celeste, com o brasão do DPF de tecido aplicado sobre o tecido da bandeira em ambas as faces, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 2 panos (90cm x 128cm) . Modelo no apêndice I do Termo de Referência.	602884	Unidade	30	R\$ 111,80	R\$ 3.354,00
	10	Bandeira personalizada , oficial do Departamento de Polícia Federal, confeccionada em tecido nylon paraquedas azul celeste, com o brasão do DPF de tecido aplicado sobre o tecido da bandeira em ambas as faces, costuras reforçadas, furos com ilhós inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 1 pano (45cmx64cm) . Modelo no apêndice I do Termo de Referência.	602885	Unidade	20	R\$ 58,45	R\$ 1.169,00
	11	Bandeira personalizada , oficial do Departamento de Polícia Federal, confeccionada em tecido nylon paraquedas azul celeste, com o brasão do DPF de tecido aplicado sobre o tecido da bandeira em ambas as faces, costuras reforçadas, furos com ilhós	602883	Unidade	40	R\$ 153,24	R\$ 6.129,60

		inoxidáveis, para uso externo, tamanho: 3 panos (193cm x 135cm) . Modelo no apêndice I do Termo de Referência.					
3	12	Dispenser para papel toalha , interfolha de 3 dobras, produzido em plástico ABS, visor frontal, dimensões aproximadas de 30cm (altura) x 26cm (largura) x 12cm (profundidade), capacidade de 500 (quinhentas) folhas, cor branca. Deve acompanhar parafusos e acessórios necessários para sua fixação. Garantia de 12 (doze) meses para defeitos de fabricação).	422804	Unidade	60	R\$ 28,28	R\$ 1.696,80
	13	Dispenser para sabonete líquido , com reservatório de capacidade mínima de 800ml, produzido em plástico ABS, visor frontal para controle de volume, sistema de acionamento com mola de alta resistência, dimensões aproximadas de 25cm (altura) x 12cm (largura) x 11cm (profundidade), cor branca. Deve acompanhar parafusos e acessórios necessários para sua fixação. Garantia de 12 (doze) meses para defeitos de fabricação.	385711	Unidade	60	R\$ 28,59	R\$ 1.715,40
	14	Lixeira plástica com pedal, capacidade de 10 ou 12 litros , confeccionada em polipropileno de alta resistência. Dimensões aproximadas: 33 cm de altura, 20 cm de largura e 25 cm de comprimento, com tolerância de ±10% em cada dimensão. Sem inscrições, marcas ou rodas. Dotada de tampa com acionamento por pedal, por meio de haste de mesma resistência. Deve permitir a abertura total da tampa mesmo quando encostada à parede. Possuir aro superior destinado ao travamento da boca do saco de lixo. Acabamento perfeito, isento de rebarbas ou defeitos que prejudiquem o uso. Peso mínimo: 500 g. Cor: cinza-claro ou branco. Com garantia de 90 dias para defeitos de fabricação. Com qualidade igual ou superior às marcas Ou (linha Trium) ou Tramontina (Compact).	630819	Unidade	120	R\$ 75,71	R\$ 9.085,20
4	15	Açucareiro de Vidro , com tampa de bico dosador de aço inox, tamanho aproximado: 14.0 x 7.5 x 7.5 cm.	630820	Unidade	40	R\$ 18,17	R\$ 726,80
	16	Mexedor de café cristal descartável tipo palheta, em plástico transparente, resistente ao calor, comprimento mínimo 9cm e 0,5cm largura. Pacote com 500 (quinhentas) unidades.	260613	Pacote com 500 unidades	400	R\$ 9,12	R\$ 3.648,00

5	17	Lacre em cabo de aço medindo 30cm de comprimento, 1,5mm de espessura, numerados com 7 (sete) dígitos sem repetição, cor a ser definida.	430771	Unidade	1200	R\$ 2,22	R\$ 2.664,00
	18	Fita adesiva , material plástico adesivo, tipo rotuladora, largura 12 mm x 8 m , cor branca, aplicação rotulador eletrônico marca Brother, modelo PT-80. Modelo: M231.	313230	Unidade	30	R\$ 35,01	R\$ 1.050,30
	19	Etiqueta adesiva p/ patrimônio , em poliéster, branco brilhante, medindo 51mm de largura e 23mm de altura com pontas arredondadas. As etiquetas devem ser compatíveis com a impressora térmica de etiquetas Zebra ZT410. Obs.: Verificar demais especificações item 3 do Anexo I do Termo de Referência.	474913	Rolo com 1000 etiquetas	30	R\$ 58,38	R\$ 1.751,40
	20	Saco de Ráfia para 50 kg, dimensões 80cm de altura x 60cm de largura.	344828	Unidade	1200	R\$ 3,38	R\$ 4.056,00
6	21	Álcool etílico , tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Sem glicerina. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada Credibilidade. Com validade no mínimo de 18 (dezoito) meses, a partir da data da entrega.	269941	Litro	1200	R\$ 7,37	R\$ 8.844,00
	22	Lubrificante e anticorrosivo multiuso, lata de 500ml, aerossol, válvula 180° que permite o uso com a lata de cabeça para baixo, canudo extensor, não resseca borrachas, não ataca a pintura, não agride madeira, plásticos e tecidos. Pode ser usado em contatos elétricos. Validade mínima: 5 (cinco) anos. Marca de referência: WD-40, equivalente, similar ou de melhor qualidade.	262376	Frasco de 500ml	160	R\$ 58,36	R\$ 9.337,60
7	23	Papel Ofício formato A4 , cor branca, gramatura 75 g /m², dimensões 210 x 297 mm. Embalagem: material impermeável, contra umidade, com 01 (uma) resma (quinhentas folhas). Com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Aplicação: impressora jato de tinta, laser e fotocopiadoras. Validade indeterminada.	461889	Resma	1200	R\$ 25,28	R\$ 30.336,00
VALOR TOTAL							R\$ 118.938,90

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto se destina a atender a uma necessidade administrativa permanente ou prolongada, indispensável para a manutenção da atividade operacional e administrativa da Polícia Federal, cuja interrupção comprometeria o desempenho regular das atividades de polícia judiciária e administrativa, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os termos da Nota Técnica;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000041/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 25/09/2024;

III) Id do item no PCA: 15;

VI) Classe/Grupo: 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO;

V) Identificador da Futura Contratação: 200394-19/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Enquanto se aguarda a publicação e implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) próprio da Polícia Federal, esta contratação se alinha às diretrizes federais vigentes, em especial àquelas contidas na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, de modo a garantir o cumprimento do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, conforme a Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental (Produto e Embalagem)

Os seguintes requisitos visam minimizar o impacto ecológico na produção, transporte e descarte dos insumos de copa e expediente:

A. Exigências Obrigatórias (Serão de observância obrigatória pelo Fornecedor Contratado)

4.1.2.1. Natureza dos Materiais e Embalagens: Os bens e suas embalagens primárias e secundárias deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais que minimizem o impacto ambiental, dando preferência a:

- a) Materiais reciclados, atóxicos, ou biodegradáveis.
- b) Materiais em conformidade com as normas técnicas pertinentes, quando houver (ex: ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, se aplicáveis ao material).
- c) As embalagens individuais deverão ter o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção no transporte e armazenamento.

4.1.2.2. Logística Reversa Obrigatória (Embalagens e Pós-Consumo): O fornecedor deverá responsabilizar-se pela estruturação e implementação da Logística Reversa, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), mediante:

- a) Recolhimento e destinação final ambientalmente correta das embalagens pós-consumo utilizadas no fornecimento.
- b) Recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos produtos após o uso pela Administração, ou resíduos decorrentes da execução contratual, quando o objeto assim o exigir.

4.1.2.3. Conformidade Legal (Normas Técnicas e Ambientais): O fornecedor deverá entregar o objeto em estrita observância a todas as Normas Legais previstas (ex: INMETRO, IBAMA, ANVISA, ABNT, NBR e outras pertinentes), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, com o respectivo certificado de garantia dos materiais adquiridos.

- a) NOTA DE AJUSTE – RoHS: Recomenda-se excluir o item 4.1.2.8 sobre a Diretiva RoHS, a menos que o material de expediente inclua itens eletrônicos sensíveis (como toners ou cartuchos de tinta) que se enquadrem nessa restrição. Se for o caso, mantenha o item, mas renumere-o.

B. Critérios de Pontuação/Preferência (Serão considerados para fins de avaliação da proposta ou critério de desempate)

4.1.2.4. Certificações de Produto Verde: Será concedida preferência (ou pontuação técnica adicional, se for o caso) aos fornecedores que comprovarem a observância de requisitos ambientais por meio da apresentação de:

- a) Certificações de produto verde ou selos reconhecidos, como os de Rotulagem Ambiental (Tipo I) do INMETRO ou similares, que atestem a produção com menor impacto ambiental em relação a seus similares.

4.1.2.5. Redução de Impacto no Cultivo (Café/Açúcar): Será concedida preferência (ou pontuação técnica adicional, se for o caso) ao fornecimento de café ou açúcar que comprovem:

- a) Origem de produção orgânica, com certificação válida do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).
- b) Utilização de práticas de manejo de baixo impacto ambiental ou comprovação de não utilização de agrotóxicos proibidos no país.

4.1.3. Dimensão Social (Foco na Cadeia de Produção) - Os seguintes requisitos visam garantir condições de trabalho justas e promover o desenvolvimento social:

4.1.3.1. Não Utilização de Mão de Obra Degradante: Exigir declaração expressa e a apresentação de Certidões Negativas que atestem o não emprego de mão de obra infantil, análoga à escrava ou degradante em qualquer etapa da cadeia produtiva (colheita do café/cana-de-açúcar, processamento e embalagem).

- 4.1.3.2. Inclusão Social na Execução: Quando aplicável e justificado, poderá ser exigido que um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do contrato (p. ex., logística ou serviços correlatos) seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica ou egressos do sistema prisional, conforme o Art. 25, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.1.4. Dimensão Econômica e Governança (Foco na Gestão do Contrato) - Os seguintes requisitos visam garantir a eficiência, a transparência e o desempenho do fornecimento:
- 4.1.4.1. Qualidade e Conformidade Permanente: Será exigida a apresentação de um Plano de Gestão da Qualidade que demonstre como o fornecedor manterá a rastreabilidade e a conformidade integral com as normas do MAPA e ANVISA em todas as entregas durante a vigência do contrato.
- 4.1.4.2. Plano de Logística Sustentável (PLS) da Contratada: O fornecedor deverá demonstrar conhecimento e alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão contratante, propondo soluções para otimizar a distribuição, reduzir o consumo de recursos (combustível, água, energia) e minimizar a geração de resíduos no processo de entrega e armazenamento.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Participação Consórcio

4.4. Não será permitido a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. A vedação da participação de consórcios neste Pregão, justifica-se na discricionariedade administrativa e no princípio da eficiência, conforme preconiza a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Diferentemente de contratações de grande vulto ou alta complexidade técnica, para as quais o consórcio é frequentemente recomendado, a natureza do contrato de fornecimento de gêneros alimentícios é de baixa complexidade não justifica a união de empresas para fazer frente a esse fornecimento. A permissão para a formação de consórcios, neste contexto, não apenas deixa de agregar ganhos técnicos ou econômicos perceptíveis, mas também introduz uma complexidade burocrática desnecessária. Essa medida se justifica, portanto, pela necessidade de racionalizar e simplificar a gestão contratual e a fiscalização. A participação em consórcio eleva a complexidade nos processos de habilitação, aplicação de sanções e acompanhamento da responsabilidade solidária ou proporcional dos consorciados, aumentando os custos indiretos de administração e os riscos de morosidade na execução do contrato. Ao vedar o consórcio, a Administração Pública busca obter maior número de licitantes individuais e, conseqüentemente, ampliar a competitividade do certame, alinhando-se à busca pela proposta mais vantajosa e pela maior eficiência na execução de serviços comuns.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. Os itens dos referidos grupos ou item isolados serão entregues de forma Parcelada e sob demanda de consumo ANUAL da Contratante.
- 5.1.1. As parcelas serão entregues nos seguintes percentual, prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	25% (vinte cinco) das unidades registrados do itens ou do Grupo.	30 dias após o recebimento da Nota de Empenho.

2ª	25% (vinte cinco) das unidades registradas do itens ou do Grupo.	30 dias após o recebimento da Nota de Empenho.
3ª	25% (vinte cinco) das unidades registradas do itens ou do Grupo.	30 dias após o recebimento da Nota de Empenho.
4ª	25% (vinte cinco) das unidades registradas do itens ou do Grupo.	30 dias após o recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, situada na Rua Dr. Lauro Pinto, n.º 155, bairro de Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-250. Horário de entrega: das 09h00mun às 12h00min e das 14h00 às 14h00 horas. Setor: Núcleo de Material - NUMAT/SELOG/SR /PF/RN. Telefone: (84) 3204-5590.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1%** (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação;

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10%** (dez por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (cinco por cento) a **30%** (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **04/09/2025**.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA de correção monetária**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e sob demanda.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários, conforme tabela constante no item **1.1** deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 118.938,90 (cento e dezoito mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima .

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A5]

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se Aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, ; no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o SRP-Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE ANANIAS DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/11/2025 às 13:33:01.

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/11/2025 às 13:34:26.

RAISSA SALDANHA CALISTRATO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/11/2025 às 13:25:50.

FABIO ARAUJO VANDERLEI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/11/2025 às 13:29:14.